

Marxismo e questão regional*

Antonio Eduardo Alves de Oliveira**

Resumo:

Este texto analisa o significado dos termos região e regional enquanto categorias espaciais (física ou simbólica) presente na economia, na geografia e também na cultura, e, posteriormente, discute a temática das desigualdades espaciais (regionais) a partir do contexto histórico das formações sociais e da atuação das classes sociais, com ênfase para a abordagem de Antonio Gramsci da questão meridional italiana.

Palavras-chave: marxismo; questão regional; Estado nacional; desenvolvimento capitalista; desigualdades espaciais.

Marxism and the Regional Question

Abstract:

This paper analyzes the meaning of the terms region and regional as spatial (physical or symbolic) categories present in economics, geography and culture. Then it discusses the topic of spatial (regional) inequalities through the historical context of social formations and the action of social classes, with an emphasis on Antonio Gramsci's treatment of the southern question in Italy.

Keywords: marxism; regional question; national State; capitalist development; spatial inequalities.

O espaço regional apresenta-se como produto de uma rede de relações entre agentes que elaboram discursos sobre as dimensões espaciais, denotando-se no conceito de região uma relação de poder e uma política de saber. O estudo das realidades regionais tem enfatizado, para além da política e economia, valores culturais e expressões de pertencimento como elementos indispensáveis para entender o alargamento ou estreitamento social e econômico do próprio desenvolvimento, contribuindo para a explicação das formas de interação das diferentes regiões nos contextos da nação e da esfera mundial.

* Texto apresentado e debatido em outubro de 2015 no 39º Encontro Anual da Anpocs – GT Marxismo e Ciências Sociais.

** Doutor em Ciências Sociais; professor da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira-BA, Brasil. End. eletrônico: antonioeduardo29@hotmail.com

Nesse sentido, uma noção chave que ajuda a compreensão do significado do regional é a de sociedade civil, que se alia à ideia dos diferentes consensos de um bloco histórico, e permite enfrentar a questão do regionalismo.

Ela ajuda superar as dificuldades para se entender com maior acuidade a intrincada relação entre desenvolvimento local-nacional e nacional-global, enfoques que tendem a naturalizar os espaços diferenciados. Para estudar a questão regional a contribuição de Gramsci é imprescindível, acompanhando, em diversas passagens de sua obra, a sua análise da Questão Meridional na Itália.

Na gênese da formação do estado nacional, enquanto um campo político de luta de grupos e de classes que realiza o equilíbrio do poder, a relação região-nação forma horizontes de solidariedade e a articulação de interesses sociais organizados.

Mas a região e o estado-nação se constroem numa ampla relação contraditória entre centro e periferia. Segundo essa visão, o processo da industrialização provoca a diferenciação social e cultural entre os dois níveis, com um forte impacto sobre as desigualdades e assimetrias, amplificando as diferenças, mas, por outro lado, provocando um movimento de homogeneização de valores e práticas econômicas e sociais.

A preocupação com o processo de diferenciação no interior de uma formação social específica foi abordada por Trotsky ao analisar os traços essenciais e mais constantes da história dos países de industrialização retardatária. Afirmou que os países retardatários assimilam de maneira contraditória as conquistas materiais e ideológicas dos países de desenvolvimento avançado, não reproduzindo simplesmente as etapas dos mesmos, havendo, portanto, uma combinação original diferenciada, tendo no seu conjunto uma formação social de caráter irregular, complexo e combinado (Trotsky, 1969: 23-63).

Neste sentido, existe um processo de desigualdades nos ritmos de desenvolvimento, sendo que o desenvolvimento combinado produz uma mistura das diversas etapas, um processo de diferenciação social e, no caso em debate, um amálgama de características sociais, culturais e econômicas entre as diferentes regiões. Assim, a teoria do desenvolvimento desigual e combinado, permite observar que, em países como o Brasil, há, ao mesmo tempo, o mais moderno na economia e cultura convivendo com o tradicional e até mesmo arcaico nas relações sociais e em formas econômicas não capitalistas que persistem.

Dessa maneira, o significado da região hoje é uma questão em aberto, podendo estar relacionada com um processo de diferenciação e segmentação ou representar uma nova maneira de agrupar para além das fronteiras nacionais transnacionais, pois na mundialização as escalas não estão rigidamente delimitadas, assim como as fronteiras não estão claramente configuradas; havendo, na verdade, um grande

amalgama espacial, social, econômico e cultural.

As regiões sofrem diferentes processos de acumulação, revelando formas de reprodução do capital e da luta de classes. Do ponto de vista metodológico, David Harvey evidenciou o caráter “combinado, contraditório e complexo” do desenvolvimento geográfico, como resultado da dialética histórica e geográfica que se expressou nos últimos anos, sobretudo após a crise dos anos 1970, através da compressão espaço-temporal e da compactação dos lugares e territórios (Harvey, 1993).

Para o entendimento da questão regional na atualidade é importante perceber os ecos e as repercussões dessas mudanças em diversas dimensões da prática social e discursiva das classes sociais, dos governos e entidades da sociedade civil. Neste sentido, o marxismo é um importante instrumento analítico para o estudo das transformações históricas que têm impactado as diferentes escalas na atualidade.

Os novos contornos que se apresentam à diversidade territorial, em que se insere a regionalização, assim como as novas escalas do aparecimento e desenvolvimento dessa diversidade, têm maior imbricação com os mercados e as comunicações, onde muitas vezes o regional é apontado como uma revalorização do particular e da diferença, isto é, um contraponto à mundialização (Harvey, 2004: 15-39). Mas é também apresentado como resultado da relativização da soberania do Estado nacional, que tem permitido uma interface mais direta entre o multinacional e outras escalas, como a local e a regional, sem precisar necessariamente passar em todas as ocasiões pela mediação, antes indispensável, da esfera nacional de poder, enquanto instância de representação e regulamentação econômica.

O termo regional pode indicar várias realidades, sendo-lhe conferido, portanto, semânticas distintas. Pode ser empregado como regionalismo ou neo-regionalismo – incorporando, neste caso, um sentido internacional, envolvendo a formação de blocos econômicos, comunidades e mesmo uniões entre Estados nacionais, ou mesmo conjuntos que possam abranger um conjunto pós-nacional. Mas pode, também, semanticamente, referir-se a um espaço no interior do Estado nacional, neste caso, sendo utilizadas variadas expressões, de acordo com a realidade histórica de cada formação nacional.

A discussão acerca do regionalismo é, seguramente, bastante ampla. Este tema foi eleito como ponto de partida para a discussão do papel das políticas regionais enquanto um mecanismo de conexão supranacional nos processos de integração entre países. Os estudos têm demonstrado que a nação, o regional, a comunidade supranacional e o mundial formam processos complementares, mas também conflitantes entre si. A escala regional sempre apareceu como in-

termediária entre o nacional e o local, mas agora, sobretudo com a experiência européia, aparece como uma esfera de ligação entre diferentes espaços nacionais, ou seja, como um instrumento de ligação supranacional.

A região tem uma longa tradição nos estudos geográficos da Europa. Na concepção de Vidal de La Blache (*apud* Andrade, 1987), a região importa enquanto um recorte específico, ou como uma “personalidade geográfica”, uma combinação única em um dado local e tempo. O estudo de uma região busca realizar uma síntese que permite apreender uma coesão/coerência interna à região (Andrade, 1987).

Em decorrência da mundialização, vivenciamos um momento marcado por paradoxos e contradições, de modo que a própria noção de região suscita “novas interpretações, desafios e formas, considerando o período técnico-científico-informacional que vive em decorrência dos imperativos propostos pela globalização”. Como chama a atenção Haesbaert (1999), pensar nos dias atuais a questão regional em contexto de mundialização relaciona-se com a retomada de antigas questões e o aparecimento de outras demandas e configurações.

Os novos contornos que se apresentam à diversidade territorial, em que se insere a regionalização, assim como as novas escalas do aparecimento e desenvolvimento dessa diversidade, têm maior imbricação com os mercados e as comunicações, onde muitas vezes o regional é apontado como uma revalorização do particular e da diferença, isto é, um contraponto à mundialização. Mas é também apresentado como resultado da relativização da soberania do Estado nacional, que tem permitido uma interface mais direta entre o multinacional e outras escalas, como a local e a regional, sem precisar necessariamente passar em todas as ocasiões pela mediação, antes indispensável, da esfera nacional de poder, enquanto instância de representação e regulamentação econômica. Como exemplo, a formação de blocos econômicos, antigas regiões subsumidas no interior dos Estados nacionais passam a ser revalorizadas nas políticas do bloco supranacional.

Desse modo, a aceção da região na atualidade é uma questão em aberto, podendo estar relacionada com um processo de diferenciação e segmentação ou representar uma nova maneira de agrupar para além das fronteiras nacionais transnacionais, pois na mundialização as escalas não estão rigidamente delimitadas, assim como as fronteiras não estão claramente configuradas; havendo, na verdade, um grande amálgama espacial, social, econômico e cultural.

O termo regionalismo, nas semânticas da geografia e da economia regional, está conectado à escala infranacional, mas também indica as experiências transnacionais dos blocos regionais. Não obstante a imbricação entre as escalas e a aproximação entre o local e o global, a conceituação e a recorrência da escala

transnacional expressa nos blocos regionais é distinta do significado da região enquanto construção intermediária (meso) em relação aos espaços nacionais.

Região, por sua vez, é um termo que faz parte não apenas do linguajar das pessoas comuns, como também é um conceito tradicional da Geografia. No vocabulário coloquial, a noção de região relaciona-se com a de localização e de extensão; já do ponto de vista do domínio legal-administrativo, região denota uma unidade administrativa e tem sua raiz histórica na formação dos grandes impérios antigos.

As principais correntes teóricas da Geografia, como o Determinismo Ambiental, a Nova Geografia e a Geografia Crítica pautaram, de alguma forma, a discussão sobre a importância da região no âmbito da organização espacial e social. Entretanto, a utilização do conceito pelas correntes de pensamento geográfico – e mesmo entre os economistas e cientistas sociais – é bastante controversa, conforme se percebe na relação entre homem e meio, e na apreensão da significação simbólica do território para a atuação e representação por um agente social. Um primeiro aspecto a ser discutido é que região é um conceito intelectualmente construído, podendo ser um instrumento de conhecimento de uma realidade espacial existente, mas não naturalmente delimitada como se pensava, pois está relacionada com dimensões sociais, culturais e de ocupação econômica, e também com ações políticas específicas, como, por exemplo, no regionalismo (Brandão, 2007).

A noção de região natural, própria do determinismo ambiental, deve ser redimensionada nas escalas territoriais construídas social e culturalmente. Isso não quer dizer que fatores naturais como clima, vegetação, relevo, geologia e outros aspectos não tenham relevância, mas é que a noção de uniformidade regional não tem um sentido estritamente natural.

Para a Nova Geografia, a região deixou de ser um dado unitário e relativamente isolado para ser parte de um sistema aberto, em constantes conexões que se alargam e se contraem, realizando constantes ajustes. Desse modo, as questões regionais estão fortemente conectadas ao planejamento territorial, em que o procedimento classificatório das diferentes regiões ocorre de acordo com a inclinação, a localização e a capacidade produtiva.

A Nova Geografia classifica as regiões em homogêneas e funcionais. As primeiras são aquelas cuja identidade sempre se relacionará com características físicas, econômicas, sociais, políticas e culturais, entre outras, em uma determinada área. Por sua vez, a região funcional está relacionada às interpelações entre a esfera econômica e o espaço, envolvendo a problemática urbano-contemporânea.

Milton Santos (1994) salienta que a designação regional precisa, nas condições atuais de economia transnacional, ser redefinida, pois a região não pode ser

concebida como uma unidade com uma coerência interna que parte apenas do interior. De maneira geral, ao definir os significados do regional a partir do exterior, seus limites se modificam em função dos critérios que são estabelecidos. Por conseguinte, a região não existe em si mesma, pois o estudo de uma região passa pelo entendimento do funcionamento das interconexões ao nível mundial e seu impacto no território de um país.

Essa definição de região elaborada por Santos (1994) preconiza a análise de uma região a partir das formas e estruturas estabelecidas, bem como as interações com uma produção globalizada. É importante assinalar que é preciso apreender a região através dos arranjos específicos, sempre em movimento em relação às outras escalas. Todavia, a pesquisa regional deve procurar delinear a maneira como a região se organiza nas diferentes dimensões. Consequentemente, cada espaço guarda sua especialização que, no entanto, só se concretiza a partir da dinâmica mais abrangente do mercado capitalista (Santos, 1994).

Dessa perspectiva é possível o surgimento de um subespaço do território nacional total, que se especialize em um determinado tipo de atividade. Cabe notar que, para Santos (1994), no processo de transformação do espaço, o antigo e o moderno são constantemente imbricados, gerando conflitos e constantemente organizando e desorganizando o espaço. À medida que aumenta o investimento em conhecimento e em tecnologia, com mais fluxos econômicos e tecnológicos regionalmente distribuídos, algumas regiões têm um maior desenvolvimento e outras acabam por se ressentirem do atraso.

O desenvolvimento do capitalismo é um abrangente sistema mundo, e as transformações partem do nível do sistema mundial moderno. Para essa perspectiva, a expansão da produção capitalista e das trocas provoca uma interligação entre as regiões, isto é, o espaço mundial é mais que a simples soma das partes. Embora tome como moldura geográfica a escala do sistema das relações interestatais, os efeitos da troca desigual nas relações interestatais e nas relações do espaço infraestatal.

Contudo, para a discussão sobre o impacto do desenvolvimento desigual e da relação entre sistema mundial e o recorte regional, é importante frisar que o conceito de região, e até mesmo a pertinência do seu uso como identificação de uma espacialidade diferencial, é questionável. O conceito de região tomado abstratamente apresenta-se como um obstáculo analítico para uma leitura da realidade social e sua configuração espacial. Lacoste (1988) afirma que a região não pode ser tomada como um conceito em si mesmo, como explicativo da realidade. Além do mais, no seu livro *A geografia* – isso serve, em primeiro lugar (Lacoste, 1988), para fazer a guerra, salienta que a geografia não é um estudo técnico imparcial, mas está vinculada a interesses hegemônicos que procuram

operacionalizar e aplicar as categorias e instrumentos geográficos.

Na verdade, a crítica de Lacoste (1988) aos conceitos tradicionais da Geografia, entre os quais o de região, é parte do movimento de renovação chamado de Geografia Ativa, promovido por Pierre George, Yves Lacoste, Bernard Kayser e Raymond Guglielmo. Estes autores tinham como proposta elaborar uma análise regional que discutisse as contradições do espaço na sociedade capitalista, evidenciando as contradições e as injustiças sociais expressas no espaço. Este movimento intelectual inaugura uma geografia de denúncias das realidades espaciais.

Já a chamada Geografia Cultural Renovada apresenta a região como um espaço vivido, com um posicionamento geral calcado na valorização da identidade e da representação. Ela se apoia nas filosofias do significado e tem suas origens na discussão sobre a paisagem. Para essa abordagem, a região é uma apropriação simbólica de uma porção do espaço por um determinado grupo e torna-se um elemento marcante no discurso e na formação de uma identidade, pois carrega um conteúdo social significativo.

Adotando a perspectiva cultural, a identidade cultural como um aspecto vital para a formação da região. É necessário verificar o que está por trás do que é valorizado e do que é omitido nas representações regionais. Dessa forma, abordar uma região pela vertente cultural é manejar um código de representações e significações de determinado grupo social. Na geografia cultural, o espaço não é algo objetivo, mas deve ser pensado como uma construção social, necessário também para refletir a respeito de como os grupos sociais lidam com os referentes espaciais, com as escalas e os lugares.

Apesar de neste estudo não se adotar como preocupação central a discussão sobre a identidade, ou mesmo sobre os aspectos culturais da região, é necessário compreender como a construção de uma identidade espacial impacta na realidade social. Além do mais, é relevante a crítica da Geografia Cultural à visão tradicional da região como um fenômeno prévio, como um espacial naturalizado, a-histórico, uma identidade preestabelecida a qual é, em alguns momentos, constituída pela natureza, sendo outras vezes um recorte político-administrativo.

Marxismo e o desenvolvimento desigual e combinado

No que concerne à discussão do tema regional, os autores ligados à geografia crítica e ao materialismo histórico e geográfico oferecem uma contribuição importante: a noção de divisão territorial, ou espacial, na leitura de Massey (1981), do trabalho e, depois, a partir do regionalismo político (Markusen, 1981: 61-99), assim como o desenvolvimento desigual (Smith, 1988) e a compressão tempo-espaço (Harvey, 2005).

A partir da análise de Marx, o processo de desenvolvimento capitalista é entendido como um alargamento e incremento desigual do capital e sua expressão no espaço. A Geografia Crítica de inspiração marxista chamou a atenção para as desigualdades setoriais e espaciais. A disparidade setorial envolve a expansão desigual das indústrias, com grau de intensidade e desenvolvimento diferencial, sobretudo devido à existência de diferenças tecnológicas em decorrência do grau de investimentos de capital.

A desigualdade regional relaciona-se com uma visão mais ampla do desenvolvimento desigual, ou do processo de desenvolvimento desigual do capitalismo no espaço. A esse respeito, é importante observar o estudo clássico de Lênin (1988) sobre a formação da produção capitalista na Rússia no século XIX, em que as diferenças regionais (econômicas e sociais) criam um processo de especialização das “regiões”, com algumas agrupando a produção (de meios de produção) e assimilando parte da renda de outras. A condição para isso é a tendência à concentração capitalista em determinadas áreas. Em algumas áreas existe um desenvolvimento do capitalismo em profundidade, enquanto em outras predomina uma produção anacrônica, sobretudo no campo, que acaba por entrar o desenvolvimento espacial de forma mais generalizada e igual.

O desenvolvimento espacial desigual refere-se ao desenvolvimento diferenciado das relações sociais capitalistas e dos setores entre territórios geográficos. Tal noção tem sido utilizada para caracterizar as diferenças entre o urbano e o rural, já que, historicamente, as relações capitalistas são mais intensas no meio urbano, havendo a tendência ao desenvolvimento mais rápido de certas regiões em relação a outras.

Num quadro mais amplo, a região é importante para perceber como o processo de regionalização de áreas e de formação de identidades culturais específicas ocorre de forma não uniforme, através de mecanismos contraditórios em que a desigualdade relaciona-se com a combinação de aspectos distintos, por vezes contraditórios. A essa dinâmica, Trotsky (1969) chamou de desenvolvimento desigual e combinado, ou seja, quando o processo histórico combina, de maneira híbrida, o passado e o presente, aproximando tendências e perspectivas diferenciadoras e uniformizadoras, ao mesmo tempo isso produz uma combinação *sui generis* dentro de um mesmo espaço social, provocando mudanças de forma desigual.

O desenvolvimento desigual e combinado sintetiza, no presente, momentos distintos do capitalismo, incorrendo na diferenciação social e, no caso em debate, um amálgama de características sociais, culturais e econômicas entre as diferentes regiões. Assim, a teoria do desenvolvimento desigual e combinado permite observar que, em países como o Brasil, há, ao mesmo tempo, o mais moderno na economia e na cultura convivendo com o tradicional e até mesmo o arcaico

nas relações sociais e em formas econômicas não capitalistas que persistem.

As regiões sofrem diferentes processos de acumulação, revelando formas de reprodução do capital e da luta de classes. Do ponto de vista metodológico, Harvey (2004; 1993) evidenciou o caráter “combinado, contraditório e complexo” do desenvolvimento geográfico, como resultado da dialética histórica e geográfica que se expressou nos últimos anos, sobretudo após a crise dos anos 1970, através da compressão espaço-temporal e da compactação dos lugares e territórios.

Harvey (2004) se pergunta: como construir uma teoria do desenvolvimento desigual geográfico? Segundo o autor, para isso é necessário ser simples o suficiente para compreender-se e ser suficientemente complexo para abarcar as diferenças e particularidades que exigem interpretação. De uma maneira geral, é preciso uma concepção acerca da espacialidade, abarcando os arranjos sociais que envolvem os processos materiais da acumulação de capital em uma trama socioecológica da vida. Envolve a relação entre força de trabalho, dinheiro e capacidade produtiva, como mercadorias e mecanismos que assegurem a circulação de capital.

O enfoque do desenvolvimento geográfico desigual de Harvey tem o mérito de propiciar uma concepção de espaço como sendo relativo e relacional. A tecnologia, por sua vez, permite promover a diferenciação do espaço que se reflete nos processos de localização de certos setores da economia e certos gêneros da indústria, havendo uma divisão territorial do trabalho. O papel cada vez mais relevante das novas tecnologias e dos meios de comunicação e de transportes, na medida em que facultam que certos espaços surjam e neles prosperem determinados arranjos produtivos, inibem o desenvolvimento em outras localidades, gerando novas desigualdades geográficas. Nesse sentido, é necessário pensar os processos de diferenciação como interações e relações tanto interescares como intraescares.

A partir do conceito de desenvolvimento desigual e combinado, Smith (1988) afirma que o desenvolvimento capitalista é contraditório, pois proporciona tanto um processo de diferenciação quanto de equalização entre localidades, produto de suas inseparáveis contradições e de sua tendência à diferenciação espacial. A lógica do desenvolvimento desigual deriva nomeadamente das tendências contrárias, inseparáveis ao capital, para a diferenciação, mas também a equalização dos níveis e condições de trabalho. Um exemplo disso no estudo da Geografia urbana contemporânea são os processos de gentrificação¹, presentes nos grandes centros urbanos.

¹ Gentrificação é um processo de deslocamento de parcelas da população de áreas centrais das grandes metrópoles para a periferia, em decorrência da valorização imobiliária (Smith, 1988).

Na sua concepção de espaço, Smith (1988) coloca em relevo os aspectos contraditórios do desenvolvimento espacial capitalista. Existindo concomitantemente um movimento uniformizador e desigual, que busca, por exemplo, a universalização da mercadoria. O capital não somente transforma o espaço em geral, mas também produz as reais escalas espaciais que dão ao desenvolvimento desigual a sua coerência, aperfeiçoando sua aptidão de ser transescalar em seu próprio benefício, isto é, o do rendimento constante e de maneira acelerada e sem acanhamentos para a sua realização. Além do mais, o autor destaca como aspecto importante no movimento do desenvolvimento desigual o processo de diferenciação do capital na divisão do trabalho.

A dialética da diferenciação e da igualização geográfica produz, em última análise, um desenvolvimento desigual, mas o processo não é definido abstratamente. Não se trata de contradições estáticas, em que o espaço é pré-configurado, existe sim um desenvolvimento desigual dinâmico, em que as escalas operam essa dialética. De uma maneira geral, o capital herda um meio geográfico diferenciado em complexos padrões espaciais; entretanto, à medida que a paisagem fica sobre seu domínio, um mosaico de espaços é modificado para um desenvolvimento desigual através de escalas que impossibilitam cada vez mais um fixo espacial.

Assim, as escalas espaciais são hierarquizadas e agrupadas, mas embora apresentadas como fixas, de acordo com Smith (1988), elas sofrem mudanças – determinação e diferenciação interna. Como destaca Brandão (2009), as escalas ganham novo sentido e importância nessa fase do capitalismo, devido à crescente internacionalização dos circuitos econômicos, financeiros e tecnológicos do capital mundializado, que tem aumentado as interfaces entre as diferentes escalas.

Portanto, é um erro considerar uma divisão espacial como a região, como algo natural; é preciso observar as lutas sociais e políticas que construíram uma determinada realidade espacial. Para Smith (1988), as escalas não são resultado de uma visão imparcial, mas sim o resultado de uma tensão social. A mesma constatação aparece em Soja (1993), para quem a questão regional (subnacional) localizada no contexto do desenvolvimento geograficamente desigual liga-se a uma dinâmica bastante mutável das divisões espaciais do trabalho. As regiões subnacionais são fruto de uma regionalização em nível de Estado nacional, uma distinção geográfica que especializa, mas que não é definitiva, sendo ambivalente enquanto matriz espacial do desenvolvimento capitalista.

Como aponta Massey (1981), o conceito de região precisa envolver os mecanismos de abrangência do desenvolvimento capitalista. Ademais, sua preocupação central é com as estratégias e mecanismos utilizados pelo capital no seu processo de acumulação/produção/reprodução do desenvolvimento espacial desigual. Em face disso, a compressão espaço-tempo apresentada por Harvey

(1993) está, na verdade, imersa em diferentes “geometrias de poder”. Além das diferenciações que variam conforme a classe social, o gênero a etnia etc., os espaços regionais distinguem-se em suas diferentes formas de intercâmbio num contexto mundializado.

Ao invés de uma disposição que gera mais integração, as múltiplas interações entre as regiões e os interesses globalizados podem provocar, em determinadas situações, a exacerbação de um processo de exclusão, como se verificou em diversas localidades que sofreram um isolamento e uma disfuncionalidade.

A constituição de uma problemática regional é um processo histórico, em que a região é resultante da produção desigual do espaço no qual ocorre a localização de diferentes condições de acumulação. Markusen (1981) sustenta que as regiões são um extraordinário espaço de luta social. Portanto, a significação de uma região encontra-se nas lutas que nela ocorrem, e não em uma identidade previamente estabelecida. De acordo com esta visão, a região pode ser definida como uma sociedade territorial contígua produzida historicamente, um meio físico, um ambiente socioeconômico, político e cultural caracterizado de maneira diferenciada de outras regiões, que estabelece interrelações com outras escalas territoriais. Por esse prisma, o conceito de região, como contiguidade e escala subnacional, precisa ser estudado a partir das relações sociais que as distinguem num determinado contexto histórico, logo, não se pode falar de regiões abstratamente.

Marxismo, regionalismo e política: a contribuição de Gramsci

Apesar de não se poder estabelecer uma configuração normativa definitiva sobre o que vem a ser uma região, é possível observar a região como uma unidade espacial com algum tipo de status político. Dessa forma, a autora foca sua atenção para os movimentos regionalistas que têm desígnios abertamente políticos. Tais movimentos são geralmente erguidos pela percepção de que os mecanismos do Estado centralizador provocam diferentes tipos de opressão – cultural, econômica, política, entre outros.

Em relação ao problema político e social da identidade regional e do regionalismo, é importante destacar um estudo clássico sobre o tema feito pelo marxista italiano Antonio Gramsci. Na análise da Questão Meridional italiana (1987), a intrincada relação entre desenvolvimento local-nacional é feita a partir da crítica dos enfoques que tendem a naturalizar as diferenças regionais. Os problemas associados às contradições regionais da Itália são essenciais para explicar a especificidade da unidade nacional italiana em relação às formações nacionais do continente europeu.

A questão meridional articula-se com conceitos-chave gramscianos, tais como sociedade civil, bloco histórico, revolução passiva, intelectual orgânico e

hegemonia. A preocupação crescente com os antagonismos regionais – Norte industrializado e capitalista e Sul agrário e patrimonialista – revela a predominância de valores e da hegemonia que se realizam no interior do que Gramsci (1987: 225) chamou de sociedade civil, constituída por um “(...) conjunto dos organismos, comumente ditos privados, que correspondem à função de hegemonia que o grupo dominante exerce sobre toda a sociedade”.

O processo de formação de hegemonia italiana, quando da unificação, deu-se através da constituição de um sólido bloco histórico entre os industriais do Norte e os latifundiários do Sul. Havia limitações para a ação dos camponeses do sul que tinham um enorme potencial revolucionário, os quais foram absorvidos pela nova hegemonia das classes produtoras, levando os operários do Norte a um isolamento.

Uma questão fundamental que precisa ser respondida é: afinal, o que era a sociedade meridional? Do que era constituída e quais os parâmetros fundamentais para se ter uma visão de conjunto da formação social e econômica?

Para Gramsci, a sociedade meridional:

“É um grande bloco histórico constituído por três estratos sociais: a grande massa camponesa amorfa e desorganizada, os intelectuais da pequena e média burguesia rural, os grandes proprietários rurais e os grandes intelectuais.” (1987: 90).

Sem levar em conta a questão regional meridional, observa o autor, seria impossível qualquer ação mais eficaz na política revolucionária italiana, pois era preciso mais do que reivindicações econômicas ou uma visão estreita de interesses exclusivos da classe trabalhadora; era preciso ter uma política de conjunto que englobasse a questão meridional como um aspecto central para a construção de um novo bloco histórico, quebrando a hegemonia do bloco histórico predominante. Era preciso desenvolver a capacidade de governar, vencendo o corporativismo e os preconceitos para com os setores mais atrasados socialmente. A formação social, econômica e cultural diferenciada do sul e do norte na Itália se expressa na composição das camadas intelectuais e também na função exercida pelos intelectuais enquanto grupo social.

A discussão de espaços territorialmente contíguos inseridos em espaços nacionais, em que existem possibilidades concretas de interferência, foi discutida pela economia regional e pelas teorias do desenvolvimento. A teoria do desenvolvimento econômico tem uma variedade de abordagens, indo dos clássicos da economia política às diversas correntes do pensamento do desenvolvimento na segunda parte do século XX, em especial os autores que discutiram o subdesenvolvimento e o retardamento econômico.

Globalização e escalas

A constituição da globalização financeira pode ser definida como um processo de interconexão dos mercados de capitais em níveis nacional e internacional, conduzindo a emergência de um tráfico financeiro unificado em escala planetária. Entretanto, é importante assinalar que a globalização financeira se insere num processo longo e complexo de globalização da economia, não sendo um processo novo, mas que tem suas origens com a expansão capitalista ainda no século XIV.

Em relação à esfera econômica, partir da década de 1980, houve um aumento da internacionalização da economia capitalista, provocando o que se convencionou denominar globalização. Esse processo caracterizou-se por uma intensa integração dos mercados financeiros mundiais e pelo crescimento do comércio internacional, viabilizado pela inclinação à derrubada das barreiras protecionistas e pelo aumento da importância das empresas transnacionais no mercado mundial. Do mesmo modo, o fracionamento das cadeias produtivas incorporou parte dos bolsões de mão-de-obra barata em escala global sem necessariamente elevar-lhe a renda.

A mundialização nos obriga a tratar de maneira relativa a relação entre o endógeno e o exógeno, pois a ação humana atua em todo o planeta e promove, ao mesmo tempo, uma diversificação e homogeneização do mundo. A mundialização multiplica as métricas, sendo possível dizer que tal fenômeno relativize as distâncias via o incremento da tecnologia das comunicações, ao mesmo tempo em que são produzidas realidades instantâneas.

Nesse sentido, a mundialização não tem uma definição precisa, sendo caracterizada como um fenômeno contraditório de natureza multidimensional, com uma predominância inicialmente no terreno econômico, mas que se manifesta em diferentes domínios.

Há uma vaga de liberação de capital e de mercados, a partir dos anos 1980, com expansão mais abrangente nos anos 1990. Essa se manifesta, sobretudo, em uma intensificação das trocas internacionais, em especial entre os grandes polos econômicos. Além disso, observa-se a agregação, de maneira diferenciada, de países emergentes, a exemplo da China, da Índia e do Brasil, no comércio internacional.

Região, nação na era Global

Como o significado do regional se apresenta na era global? Que aspectos se podem destacar para compreender as contradições e conexões entre o nacional, o regional e o global na atualidade?

Um dos aspectos mais relevantes é o da vinculação da Nação com a

modernidade. Acompanha a criação de identidades diferenciadas, como a do indivíduo, de nação, de classe e, mais relevante, de raça e gênero. Entretanto, a nacionalidade como significado identificador de um processo de formação social do Estado-nação tem sido questionado pela globalização, que, para alguns, tem sistematicamente apagado as fronteiras nacionais.

Para Gellner (2000: 107-155), o advento do nacionalismo é relacionado com a estruturação das unidades que ligam a soberania à cultura, fomentando não somente instituições, mas valores para a própria socialização dos agentes. A história das nacionalidades pode ser vista como uma variante da criação de unidades que passaram por transformações sociais e econômicas substanciais. Assim, a modernização econômica provocou um processo de urbanização e a quebra de determinados valores tradicionais, o que produziu as diferenças econômicas acentuadas e catalisadoras de antagonismos de grupo ou de classe. A cultura passa a demarcar a fronteira de uma unidade social ampla e internamente móvel, dentro da qual o indivíduo não tem uma posição fixa e move-se dentro de uma rotatividade baseada nos requisitos da produção. Os membros de uma mesma comunidade compartilham um mesmo código padronizado e o homem é identificado pelo código cujos termos ele é capaz de operar e compartilha.

A reconstrução do conceito de Estado-nação passa pelo necessário esclarecimento sobre as diferentes abordagens sobre o tema. Outrossim, nunca é demais lembrar que existe uma grande variedade de enfoques, que despontaram em discussões polêmicas a respeito dos conceitos de nação, estado, modernidade e nacionalismo enquanto movimento político.

Para início de conversa, a própria definição do que seja nação é extremamente imprecisa e suscita muita controversa. De acordo com Otto Bauer (2000: 45-85), no seu estudo clássico sobre a nação, uma primeira dificuldade enfrentada por uma abordagem científica sobre o tema é que a ideia de nação provoca calorosas paixões e envolve toda uma sorte de visões que são tomadas como supostas, que repercutiram não somente na literatura, mas até mesmo nos costumes e mesmo na esfera jurídica.

Ao falar de nação, Bauer analisa inicialmente as concepções mais comuns sobre o fenômeno, que mais confundem do que explicam. Em geral se considera que nação como sendo uma comunidade de pessoas de uma mesma origem, entretanto, como explicar, por exemplo, o fato que a nação italiana foi formada por povos de origem diversificada? Da mesma maneira, a visão de que é a língua comum que une as pessoas numa nação, mas a história da formação das diferentes nacionalidades também relativa essa tese, pois os ingleses e irlandeses, como os servos e croatas falam a mesma língua, mas não formam uma mesma nacionalidade, assim como os judeus na sua diáspora falam línguas diferentes,

mas formavam uma nação. Segundo Bauer, não é raro se referir ao sentimento de pertencimento a uma nação a partir da noção de que a consciência nacional diz respeito à consciência de uma inserção comum, mas, refuta o autor, os camponeses da região rural não têm o mesmo tipo de percepção do cidadão urbano.

O discernimento de Otto Bauer sobre tema parte de uma crítica da concepção de comunidade natural, pois a tendência não é permanência imutável da ancestralidade, mas um processo de diferenciação social, fazendo que condições diversas provoquem leituras e releituras do patrimônio comum. Também é questionada a misteriosa explicação do *Volksgeist* ou espírito do povo evocado pelos românicos.

Após estabelecer essas contestações conceituais, Bauer apresenta como explicação causal relativa e de caráter provisório a formação de um caráter nacional, que é caracterizado por ser um complexo de características físicas e mentais que distinguem a nação uma da outra. Segundo o autor, esse caráter nacional é mutável, pois os membros das nacionalidades compartilham pertencimento, que não é definitivo, nem exclusivo, pois existem outros aspectos comuns que também interagem, como por exemplo, a clivagem de classe social.

De acordo com Bauer, em virtude do capitalismo moderno, vamos ter profundas modificações no caráter nacional, de sorte que o capitalismo revolucionou a própria natureza das relações sociais, provocando uma significativa alteração na distribuição espacial e profissional da população, modificando a vida dos camponeses, gerando a explosão da urbanidade e criando novas mentalidades. Esse processo foi analisado de maneira brilhante por Marx (1987) no *Manifesto do Partido Comunista*, quando foi salientado que “tudo que é sólido se desmancha no ar” e que a “a burguesia não pode existir sem revolucionar constantemente os instrumentos de produção”.

Essa perturbação crescente nas sociedades modernas que na atualidade se tem ampliado cada vez mais, relaciona-se com o estabelecimento de crises constantes. Assim, as mutações das categorias como Tempo, Espaço e Cultura e sua relação com a crise de identidade do Estado-nação não são um mero acontecimento proveniente da globalização ou da pós-modernidade, estão inscritas de uma forma ou de outra na própria “lógica da história” na sociedade moderna. Por outro lado, à medida que existe a expansão do capital e formação do Estado Moderno, realiza-se um ajuste espacial constante, com uma reorganização e o desenvolvimento geográfico desigual.

Uma vez compreendido o processo de formação e êxito do Estado nacional, o autor, em virtude da crise do conceito Estado-nação, discute o porquê dessa crise. Em primeiro lugar salienta que existe uma ampliação do conflito entre uma visão de nacionalismo com o republicanismo que provoca um questionamento

dos parâmetros do Estado moderno. Não só isso, mas o limite do Estado nacional pode ser percebido pelo questionamento da soberania interna com a própria desnacionalização da economia e pelo aparecimento de novas modalidades de integração social. Dessa forma, será a superação do Estado nacional?

Bibliografia

- ANDRADE, Manuel Correia de (1987) *Espaço, polarização e desenvolvimento: uma introdução à economia regional*. São Paulo: Atlas.
- BAUER, Otto (2000). A nação. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- BRANDAO, C. (2007). *Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global*. Campinas: Editora Unicamp.
- GELLNER, E. (2000). O advento do nacionalismo e suas interpretações. In: BALAKRISHNAN, Gopal. (org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- GRAMSCI, Antonio (1987). *A questão meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- HAESBAERT, Rogério (1999). *Região, diversidade territorial e globalização*. Niterói: DEGEO/UFF.
- HARVEY, David (2005). *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume.
- _____ (2004). Réinventer la géographie. *Actuel Marx*, vol. 1, n. 35, Paris.
- _____ (1993). *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola.
- LACOSTE, Yves (1988). *A geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Campinas: Papirus.
- LENIN, Vladimir (1988). *Desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo: editora Nova Cultural.
- MARKUSEN, A. R (1981). Região e regionalismo: um enfoque marxista. *Espaço e Sociedade*, n. 2, São Paulo.
- MARX, K.; ENGELS, F. (1987). *Manifesto do Partido Comunista*. Petrópolis: Vozes.
- MASSEY, Doreen (1981). Regionalismo: alguns problemas atuais. *Espaço e Debates*, vol. 1, n. 4, São Paulo.
- SANTOS, Milton (1994). *Por uma outra Globalização – do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Editora Record.

- SMITH, Neil (1988). *Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção de espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- SOJA, E. (1993). *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- TROTSKY, Leon (1969). Peculiaridades do desenvolvimento da Rússia. V.1 In: *A História da Revolução Russa*. Rio de Janeiro: Saga.